

Líderes querem evitar que Jader volte à presidência

Colegiado foi convocado só para definir uma pauta de votações, mas o caso do senador vai ser discutido

Francisco Câmara e João Domingos
de Brasília

Os líderes dos partidos no Senado vão aproveitar a reunião do seu colégio, convocada para hoje, para tentar estabelecer critérios que definam em quais condições Jader Barbalho (PMDB-PA) poderá requerer a suspensão de sua licença da presidência da Casa. Para o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), o Colégio de Líderes deverá deixar claro que, sem esclarecer tudo a respeito das suspeitas que pesam contra ele, Jader não poderá retornar ao cargo de presidente.

A reunião dos líderes foi convocada oficialmente pelo presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), para se estabelecer uma pauta de votações no início do semestre. Com isso, imaginou que poderia tirar o Senado da atenção geral, visto que Jader Barbalho, o principal suspeito de irregularidades no Banpará, na extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e na emissão de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), licenciou-se do cargo. Mas os líderes não querem tratar somente de uma pauta. Querem pôr um freio em Jader, e logo.

A iniciativa do líder do PT deverá contar com o apoio de partidos como o PFL, o PPB e o PTB, além dos demais que integram a oposição, a exemplo do PPS, do PDT e do PSB. Até mesmo o PMDB tenderia a concordar com a necessidade de se estabelecer os pré-requisitos para a volta de Jader à presidência do Senado, pois tal ato representa claro desgaste para o Parlamento.

O PMDB trabalha ainda no sentido de convencer Jader a renunciar ao mandato de presidente do Senado. Abriria, assim, vaga para outro integrante do partido chegar à presidência da Casa. O favorito no PMDB — e que tem o apoio de outros partidos, como o PFL e até de alguns de oposição — é o senador José Sarney (PMDB-AP). Sarney, que foi presidente da República de 1985 a 1990, tem dito que não quer o cargo. Mas é apenas retórica. Ele tenta se transformar no candidato de consenso.

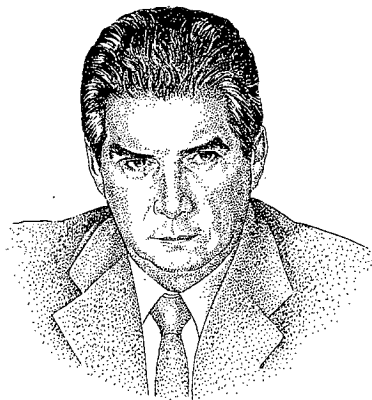
Jader não tem encontrado trégua nem no Senado nem no Judiciário. O PT e o PPS encaminharam ontem ao Conselho de Ética do Senado pedido de abertura de mais dois novos processos contra Jader, por quebra de decoro parlamentar — onde co-

meçam todos aqueles que resultam em cassação do mandato.

Nos pedidos, os senadores de oposição alegam que Jader quebrou o decoro parlamentar, ao fazer discurso no Senado em que negava ter emitido irregularmente TDAs, quando era ministro da Reforma Agrária no governo de José Sarney. De acordo com os senadores, as evidências mostram que Jader realmente está envolvido nas irregularidades, além de não ter declarado à Receita Federal a compra de uma fazenda.

No Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, pediu ao

25 JUL 2001



Jader Barbalho

GAZETA MERCANTIL

presidente em exercício da corte, Ilmar Galvão, que estude a possibilidade de examinar com urgência o pedido de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de Jader, para dar andamento às investigações a respeito da emissão de TDAs fraudulentas por parte do presidente licenciado do Senado. Brindeiro quer que o Judiciário tenha uma posição a respeito da participação de Jader nas irregularidades ainda antes do reinício dos trabalhos legislativos, em primeiro de agosto.

Em contrapartida, Jader e seus familiares lutam para evitar a quebra dos sigilos. A deputada Elcione Bar-

balho (PMDB-PA), ex-mulher de Jader, pediu ontem ao Supremo Tribunal cópia dos autos que requerem a quebra do seu sigilo fiscal, telefônico e bancário. Com isso, tenta retardar a decisão do ministro Ilmar Galvão. Na segunda-feira, fora Jader que recorresse contra a quebra de seu sigilo.

Geraldo Brindeiro solicitou na semana passada ao STF a quebra dos sigilos de Jader, da deputada, e de Laércio Barbalho, pai e suplente do senador. O procurador apenas reforçou decisão já tomada pela 10ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, tendo por base as investigações a respeito da emissão irregular de TDAs que, convertidas em dinheiro, teriam voltado para uma conta pessoal de Jader e de seus familiares.

Segundo a petição apresentada pelos advogados da deputada, ela foi surpreendida com a quebra do pedido dos sigilos. A defesa alegou que o envolvimento de Elcione no caso é apenas como testemunha, quando foi ouvida no inquérito policial. Na época, um dos delegados da Polícia Federal que tomou o depoimento da deputada foi o atual senador Romeu Tuma (PFL-SP).

“Assim, num passe de mágica, a deputada passou de testemunha a indiciada sem que haja no inquérito qualquer prova de sua participação, ou mesmo conhecimento, nos fatos objeto de apuração”, contestaram os advogados de Elcione Barbalho. A deputada argumenta ainda que se tiver condições de analisar os autos, poderá defender-se.

Na mesma argumentação, os advogados afirmam que, ao tomar conhecimento do teor do processo, a deputada poderá até renunciar ao direito de sigilo se entender que isso possa provar a sua inocência.

Em sua nova postura, agora a favor da investigação dos indícios do envolvimento de Jader Barbalho — antes, ele dizia que não havia o que investigar — Brindeiro rebateu os ataques dos advogados do presidente licenciado do Senado, que questionaram as razões que levaram o procurador a pedir a quebra dos sigilos do senador e de seus parentes. O procurador afirmou que há mesmo indícios que justificam a suspeita de participação do senador na desapropriação fraudulenta da Fazenda Paraíso e venda de TDAs inválidos, por meio de testemunhas, documentos e fita gravada.